



Nº 11- 28/05/2014

**ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO
ORDINÁRIA DE DOIS MIL E CATORZE DA
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-
NOVO, DO MANDATO 2013/2017, REALIZADA
NO DIA VINTE E OITO DE MAIO DE DOIS
MIL E CATORZE**

Aos vinte e oito dias do mês de maio de dois mil e catorze, nesta cidade de Montemor-o-Novo, no Salão Nobre dos Paços do Concelho e Sala de Sessões da Câmara Municipal, realizou-se a décima primeira reunião de dois mil e catorze da referida Câmara, do mandato dois mil e treze a dois mil e dezassete, estando presentes a senhora Presidente Hortênsia dos Anjos Chegado Menino e os senhores Vereadores João Miguel Amaro Marques, António Adriano Mateus Pinetra, Palmira Rosa Correia Bajuca Tomás Catarro, Olímpio Manuel Vidigal Galvão, Henrique José Leocádio Lopes e Susana Raquel Vicente Mendes, comigo, Maria José Mira Imaginário, Assistente Técnica. E tendo todos ocupado os seus lugares, foi pela senhora Presidente declarada aberta a reunião eram quinze horas.

Aprovação da Ordem de Trabalhos

Seguidamente, o Executivo aprovou por unanimidade a seguinte proposta de Ordem de Trabalhos, previamente apresentada pela senhora Presidente:

1. ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA

- A) PROCESSOS DE LICENCIAMENTO, REQUERIMENTOS DIVERSOS E DIVERSOS
- B) PROGRAMA MOR SOLIDÁRIO – EIXO 5 – APOIO À MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE

2. ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA

- A) MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS ATÉ 22/05/2014
- B) AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – TAREFA- IMPLEMENTAÇÃO DA INICIATIVA LICENCIAMENTO ZERO E DIRETIVA DE SERVIÇOS
- C) AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – TAREFA- ASSESSORIA/INFORMÁTICA
- D) AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – TAREFA – SIGMA-DOC/SIGMA FLOW
- E) AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – TAREFA- ATOS NOTARIAIS
- F) CEDÊNCIA DE DIREITO DE SUPERFÍCIE / LOTE LI 14 DA ZIA

3. AÇÃO SOCIAL, SAÚDE E EDUCAÇÃO

- A) PROGRAMA MORSOLIDÁRIO EIXO 2 - CLE “SABER CRESCER”– SUBSÍDIO A ALUNOS CARENCIADOS DE AGOSTO DE 2013 A ABRIL DE 2014
- B) PROGRAMA MORSOLIDÁRIO EIXO 2 - PROPOSTA DE PROTOCOLO PARA FUNCIONAMENTO DE ATL DE VERÃO – ANO DE 2014
- C) PROGRAMA MORSOLIDÁRIO EIXO 1 - PROPOSTA DE APOIO PARA A ASSOCIAÇÃO DE PAIS “APRENDER A SER” – AO ABRIGO DO RAMA

4. CULTURA DESPORTO E JUVENTUDE

- A) PROPOSTA DE APOIO (ADIANTAMENTO) À ALMA D'ARAME - ASSOCIAÇÃO CULTURAL / PROJETO M
- B) PROPOSTA DE APOIO PARA CONSTRUÇÃO DE ESTRUTURA NO CONVENTO DE S. DOMINGOS

- C) PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – RUGBY CLUBE DE MONTEMOR - APOIO A DESLOCAÇÃO
- D) PROPOSTA DE ADIANTAMENTO DE SUBSÍDIO ORDINÁRIO AO CLUBE DE AUTOMÓVEIS E MOTAS ANTIGOS DE MONTEMOR-O-NOVO
- E) PROPOSTA DE ADENDA AO PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-NOVO E ALMA D'ARAME – ASSOCIAÇÃO CULTURAL PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES NO ÂMBITO DO PROJETO M

5. PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

- A) PROGRAMA DE APOIO À ATIVIDADE ECONÓMICA – AÇÃO DECORAÇÃO DE MONTRAS – “MATERIAL USADO, COMÉRCIO DECORADO – VERÃO + SUSTENTÁVEL”

6. ÁREA JURÍDICA E DE PESSOAL

- A) PROPOSTA DE REGULAMENTO COMÉRCIO NÃO SEDENTÁRIO
- B) FORNECIMENTO CONTÍNUO DE GASÓLEO / 2014 – MINUTA CONTRATUAL / RATIFICAÇÃO
- C) EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO DA OFICINA DA CRIANÇA / RELATÓRIO FINAL DO JÚRI / PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO / RECURSO / PARECER

7. PROPOSTAS DE ATAS Nº8 DE 16/04/14 E Nº 9 DE 30/04/2014

8. ATENDIMENTO DE MUNICÍPIOS

Período de antes da Ordem do Dia

Eleições para o Parlamento Europeu

Foi a senhora Presidente da Câmara que inicialmente usou da palavra referindo-se às Eleições para o Parlamento Europeu, realizadas no passado dia 25 de maio do corrente ano, referindo que o ato eleitoral decorreu com normalidade. Disse que a abstenção tinha registado um valor muito elevado a nível Nacional, mas ainda assim a abstenção no Concelho de Montemor-o-Novo, comparativamente a nível Nacional, registou um nível mais baixo.

Encerramento dos Serviços Públicos

Relativamente à tentativa de encerramento dos Serviços Públicos, a senhora Presidente disse que o Governo está a tentar encerrá-los e a pressionar as Autarquias para que estas fiquem a gerir esses Serviços, com a obrigatoriedade de reduzir rendas, nomeadamente os Serviços que estão a funcionar em Edifícios privados.

Disse ainda que não obtinha uma informação mais concreta sobre a nova estratégia da junção dos Serviços Públicos, mas obviamente será a tentativa de extinguir mais alguns Serviços. Fala-se que vão abrir mais Lojas do Cidadão em todos os Municípios, e aí funcionarem no mesmo espaço, vários serviços, como o Serviço de Finanças, Segurança Social, Emprego etc.

Concluiu que está a aguardar da parte do Governo mais informação e obviamente mostrar a sua indignação.

Também interveio o senhor Vereador Olímpio Galvão, a dizer que como profissional recorrente aos Serviços Públicos, não vê a reformulação dos mesmos, como algo negativo. Pensa que até beneficiará a população, no mesmo espaço comum. O que lhe parece é que esta reformulação causará o encerramento de vários Serviços Públicos, passando muita responsabilidade para as Autarquias.

Encerramento de Escolas

Usou da palavra o senhor Vereador João Marques para dizer que depois da posição que a Câmara Municipal, tomou na reunião anterior, foi dada informação à DGEstE, da tomada de posição. Dessa reunião a informação oficial que obteve foi o encerramento da EB do Cíborro e a EB de Cabrela. Nessa reunião o senhor Vereador João Marques referiu que a posição do município de Montemor-o-Novo é contra o encerramento destas escolas, sendo que o único critério que apresenta é o número de alunos. O Vereador informou também que em conversas informais foi transmitido que se não for a EB do Cíborro a encerrar será a EB de Lavre ou a EB de Cortiçadas de Lavre.

Foi também transmitido à DGEstE, que a Câmara Municipal não tinha recursos logísticos e financeiros para suportar o encargo do transporte dos alunos, resultante do encerramento das escolas e se essa situação se verificar tem que ser a DGEstE a assumir o transporte.

Concluiu que é um processo complexo e tem de ser acompanhado com rigor e ponderação.

Relativamente a este assunto o senhor Vereador Olímpio Galvão informou que a senhora Presidente da Junta de Freguesia do Cíborro lhe transmitiu que teve uma reunião na DGEstE, mas não foi recebida pela Sra. Delegada. Nessa reunião foram-lhe pedidos argumentos para que não fosse encerrada a EB do Cíborro, tendo a Sra. Presidente da Junta de Freguesia do Cíborro argumentado que a Junta não possuía meios para transportar as crianças para Lavre e além do mais a estrada de Lavre/Cíborro se encontra em mau estado de conservação.

Felicitações

Em nova intervenção o senhor Vereador João Marques informou que no dia 27 de maio tinha reunido o Conselho Geral Transitório do Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo, para análise de propostas apresentadas para o novo Diretor do Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo. Foram apresentadas duas listas, uma pelo Professor Vítor Jacinto e outra pela Professora Idalina Bento, tendo sido a mais votada a lista da Professora Idalina Bento com quinze votos e cinco votos na lista do Professor Vítor Jacinto.

Ainda no uso da palavra o senhor Vereador João Marques desejou que a nova equipa alcance os objetivos apresentados e que consiga motivar a comunidade escolar.

O Vereador João Marques quis deixar uma saudação especial de apoio ao Professor Vítor Jacinto e à equipa pelo trabalho desenvolvido enquanto presidente da CAP e pelo importante contributo que deu à escola e ao ensino em Montemor-o-Novo.

Terminou a sua intervenção deixando votos de felicidades para o seu futuro profissional.

Também o senhor Vereador Henrique Lopes usou da palavra para subscrever as palavras proferidas pelo senhor Vereador João Marques, relativamente às felicitações ao Professor Vítor Jacinto.

Deixou também votos de felicidades à Professora Idalina Bento, que consiga alcançar os objetivos pretendidos.

Escola profissional de Música

De novo o senhor vereador João Marques disse que no dia 26 de maio tinha reunido com a DGEstE, sobre a Escola Profissional de Música, o que lhe parece que o processo está bem conduzido.

7º Encontro Internacional de Marionetas

Ainda o senhor Vereador João Marques se referiu ao 7º Encontro Internacional de Marionetas, que terá início no dia 28 de Maio do corrente ano, é pela sétima vez levado a cabo pela Alma d'Arame, integrado na parceria do "Projeto M". Este festival tem vindo a crescer ao longo dos anos. Este ano destaca-se com várias companhias Internacionais.

O senhor Vereador João Marques deixou o convite a todo o executivo.

Ainda em relação a esta iniciativa o senhor Vereador Henriques Lopes congratulou-se, considerando que é uma vertente artística muitas vezes pouco valorizada.

Cineteatro Curvo Semedo

Usou novamente da palavra o senhor Vereador Henrique Lopes, para questionar a Câmara sobre o ponto de situação das obras de requalificação do Cineteatro Curvo Semedo e perspetivas de programação.

Em resposta o senhor Vereador João Marques disse que para o projeto inicial, a perspetiva se não existir financiamento, as obras terão que ser faseadas.

ORDEM DE TRABALHOS

1. ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA

A)PROCESSOS DE LICENCIAMENTO, REQUERIMENTOS DIVERSOS E DIVERSOS

No âmbito do primeiro ponto da Ordem de trabalhos, fazendo uso da palavra a senhora Vereadora Palmira Catarro, submeteu à consideração do executivo, os seguintes processos de licenciamento e diversos:

Processos de licenciamento

De: GOLDENPIG, LDA., requerendo aprovação do projeto de arquitetura para a obra de construção de unidade industrial de abate de suínos (Matadouro) a levar a efeito na Herdade da Caneira, na União das Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre, tendo como técnico responsável José Alexandre de Pinho Ribeiro, engenheiro civil.

(Foi enviado para audiência prévia em tendo a requerente se pronunciado em 31/03/2014)

Data de entrada do requerimento: 6/01/2014, 10/02/2014, 24/02/2014 e 31/03/2014

Tem parecer da G.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, indeferir de acordo com o parecer dos serviços.

Requerimentos diversos

De: JPNP – SOCIEDADE AGRÍCOLA, LDA., requerendo alteração da implantação da construção de um parque de retenção (abrigo coberto de bovinos) a levar a efeito na Herdade da Tramagueira, freguesia de Cabrela.

Data de entrada do requerimento: 13/05/2014

Tem parecer da G.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir de acordo com o parecer dos serviços.

De: JOHN CHARLES EVANS, requerendo emissão de certidão para constituição em regime de compropriedade do prédio rústico denominado por Foros da Tojeira, freguesia de S. Cristóvão.

Data de entrada do requerimento: 9/05/2014

Tem parecer do G.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir de acordo com o parecer dos serviços.

Diversos

Declaração de deserção do procedimento referente à operação de loteamento para o prédio sito na EN 2, n.º 28, nas Fazendas do Cortiço, na União das Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras.

Tem parecer da G.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a deserção de procedimento.

B)PROGRAMA MOR SOLIDÁRIO – EIXO 5 – APOIO À MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE

Reabilitação Urbana

Programa Mor Solidário Eixo 5 – Apoio à melhoria das Condições de Habitabilidade

De: CAETANO JOAQUIM LOURENÇO

Local da Obra: Rua 14 de Agosto, n.º 17 - Ciborro

Valor da obra: 7.055,00€

Valor da Participação: 3.500,00€

Data de entrada do requerimento:2012/03/13

Tem parecer da RU para participação da obra e isenção de taxas

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a participação da obra e isenção de taxas.

2. ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA

A)MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS ATÉ 22/05/2014

A Câmara Municipal tomou conhecimento das modificações orçamentais do número oito a vinte, efetuadas até vinte e dois de maio de dois mil e catorze.

B)AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – TAREFA - IMPLEMENTAÇÃO DA INICIATIVA LICENCIAMENTO ZERO E DIRETIVA DE SERVIÇOS

Interveio seguidamente a Senhora Presidente para submeter à consideração do executivo a proposta que a baixo se transcreve:

“Por solicitação da chefe da Divisão de Administração Geral e Financeira foi proposta a contratação de uma aquisição de serviços tendo em vista a “Implementação da iniciativa LICENCIAMENTO ZERO e DIRETIVA DE SERVIÇOS” pelo valor máximo de 6.500,00 (seis mil e quinhentos) euros acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

1 - De acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2014) conjugado com o n.º 11 do mesmo artigo, a celebração de contratos prestação de serviços nas modalidades de tarefa e avença bem como a aquisição de serviços cujo objeto seja a consultoria técnica, independentemente da natureza da contraparte, carece de parecer prévio vinculativo do órgão executivo.

2 – Por força do previsto no n.º 11 do artigo 73.º da referida Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro, o parecer do órgão executivo depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a), b) e c) do n.º 5 do mesmo preceito legal, ou seja:

a) Verificação do disposto no n.º 4 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (estarmos em presença de trabalho não subordinado) e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;

b) Verificação e confirmação do cabimento orçamental;

c) Verificação da redução remuneratória nos termos do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2014).

3 - Uma vez que parecem preenchidos todos os requisitos previstos nas alíneas a), b) e c) do n.º 5 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro aplicável por força do n.º 11 mesmo preceito legal, incluindo a redução do valor contratual (vide alínea f) da Comunicação n.º 3602/2014 de 13 de Maio da Coordenadora da Secção de Aprovisionamento e Património) e o cabimento orçamental (Proposta de cabimento n.º 2014/1587, de 14 de Maio), cumpre-me propor a emissão pelo órgão executivo de parecer favorável à celebração de um contrato de aquisição de serviços para “Implementação da iniciativa LICENCIAMENTO ZERO e DIRETIVA DE SERVIÇOS”

serviços para “Implementação da iniciativa LICENCIAMENTO ZERO e DIRETIVA DE SERVIÇOS”

4 - A competência para escolher o procedimento e autorizar a despesa é da Presidente da Câmara ao Abrigo das disposições constantes da alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho com a alínea f) do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro bem como, da alínea c) do n.º 1 do artigo 2.º, do n.º 1 do artigo 36.º e artigo 38.º todos do Código dos Contratos Públicos (CCP).

5 - Dado tratar-se de um contrato de aquisição de serviços e uma vez que o valor previsto para a mesma se estima inferior a 75.000,00 (setenta e cinco mil) euros, para a formação do contrato, poderá ser adotado o procedimento por ajuste direto (regime geral) nos termos do disposto alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP.

6 - A entidade a contratar deverá fazer prova de ter regularizadas as suas obrigações fiscais e com a segurança social em conformidade com exigência que ficará consignada nas peças do procedimento designadamente no convite à apresentação de propostas.

4 - Autorização da despesa

Que seja autorizada, nos termos do disposto no artigo 36.º, n.º 1, do CCP, a decisão de contratar a despesa estimada em 6.500,00 (seis mil e quinhentos) euros, acrescida do IVA à taxa legal em vigor, com reflexo no orçamento do ano financeiro de 2014 para a qual já foi assegurado o cabimento do encargo na adequada rubrica orçamental (Cabimentação n.º 2014/1587 de 14 de Maio).

5 - Gestor de procedimento

Para o exercício de funções de “Gestor de Procedimento” no âmbito da plataforma para contratação pública propõe-se que seja designada Maria Aurora Gonçalves de Oliveira Corado Barroso, a qual será substituída nas suas faltas ou impedimentos por António Maria Pimenta Lopes.

O órgão competente para contratar, autorizar a despesa, escolher o procedimento e aprovar os documentos pré – contratuais é o Presidente da Câmara Municipal no uso da competência própria prevista nas disposições conjugadas dos artigos 36.º e 38.º do CCP e na alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.”

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.

C) AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – TAREFA- ASSESSORIA/INFORMÁTICA

Ainda pela senhora Presidente foi apresentada a proposta que abaixo se transcreve:

“Pela Comunicação n.º 1440/2014, de 21 de Fevereiro da chefe da Divisão de Planeamento e Desenvolvimento Económico foi proposta a contratação de uma aquisição de serviços de “assessoria na área da informática” pelo valor máximo de 47.376,00 (quarenta e sete mil trezentos e setenta e seis) euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

1 - De acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2014) conjugado com o n.º 11 do mesmo artigo, a celebração de contratos prestação de serviços nas modalidades de tarefa e avença bem como a aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica, independentemente da natureza da contraparte, carece de parecer prévio vinculativo do órgão executivo.

2 - Por força do previsto no n.º 11 do artigo 73.º da referida Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro, o parecer do órgão executivo depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a), b) e c) do n.º 5 do mesmo preceito legal, ou seja:

a) Verificação do disposto no n.º 4 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (estarmos em presença de trabalho não subordinado) e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;

b) Verificação e confirmação do cabimento orçamental;

c) Verificação da redução remuneratória nos termos do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2014).

3 - Uma vez que parecem preenchidos todos os requisitos previstos nas alíneas a), b) e c) do n.º 5 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro aplicável por força do n.º 11 mesmo preceito legal, incluindo a redução do valor contratual (vide alínea d) da Comunicação n.º 3453/2014 de 08 de Maio da Coordenadora da Secção de Aprovisionamento e Património) e o cabimento orçamental (Proposta de cabimento n.º 2014/1552 de 09 de Maio para o valor com reflexo no ano económico de 2014), cumpre-me propor a emissão pelo órgão executivo de parecer favorável à celebração de um contrato de aquisição de serviços de “assessoria na área da informática”.

4 - O órgão com competência para escolher o procedimento e autorizar a despesa é o Presidente da Câmara ao abrigo das disposições constantes da alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho da alínea f) do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro bem como, da alínea c) do n.º 1 do artigo 2.º, do n.º 1 do artigo 36.º e artigo 38.º todos do Código dos Contratos Públicos (CCP)

5 - Dado tratar-se de um contrato de aquisição de serviços e uma vez que o valor previsto para a mesma se estima inferior a 75.000,00 (setenta e cinco mil) euros, para a formação do contrato, poderá ser adotado o procedimento por ajuste direto (regime geral) nos termos do disposto alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP.

6 - A entidade a contratar deverá fazer prova de ter regularizadas as suas obrigações fiscais e com a segurança social em conformidade com exigência que ficará consignada nas peças do procedimento designadamente no convite à apresentação de propostas.

7 - Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, a assunção de compromissos plurianuais está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal. Uma vez que, de acordo com o teor da alínea g) da Comunicação n.º 3453/2014, de 08 de Maio da Coordenadora da Secção de Aprovisionamento e Património, a mesma se encontra prevista nas Grandes Opções do Plano para 2014 e os seus encargos não excedem o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação nem o prazo de execução de 3 anos sugere-se, que a autorização para assunção de compromissos plurianuais seja enquadrada na Autorização Prévia Genérica emitida pela Assembleia Municipal por deliberação tomada em sessão de 27 de Dezembro de 2013, de acordo com a seguinte previsão de pagamentos:

| Ano Económico | Valor |
|---------------|-----------|
| 2014 | 12.140,10 |
| 2015 | 29.136,24 |
| 2016 | 16.996,14 |

*Os valores indicados incluem IVA à taxa legal em vigor”

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.

D) AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – TAREFA – SIGMA-DOC/SIGMA FLOW

Ainda pela senhora Presidente foi apresentada a proposta que abaixo se transcreve:

“Por solicitação da chefe da Divisão de Administração Geral e Financeira (Comunicação n.º 394/2014, de 08 de Maio) foi proposta a contratação de uma aquisição de serviços de “Software - SIGMA-DOC /SIGMA FLOW - Ferramentas de Gestão Documental e Workflow” pelo valor máximo de 32.910,00 (trinta e dois mil novecentos e dez) euros acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

1 - De acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2014) conjugado com o n.º 11 do mesmo artigo, a celebração de contratos prestação de serviços nas modalidades de tarefa e avença bem como a aquisição de serviços cujo objeto seja a consultoria técnica, independentemente da natureza da contraparte, carece de parecer prévio vinculativo do órgão executivo.

2 - Por força do previsto no n.º 11 do artigo 73.º da referida Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro, o parecer do órgão executivo depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a), b) e c) do n.º 5 do mesmo preceito legal, ou seja:

- a) Verificação do disposto no n.º 4 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (estarmos em presença de trabalho não subordinado) e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- b) Verificação e confirmação do cabimento orçamental;
- c) Verificação da redução remuneratória nos termos do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2014).

3 - Uma vez que parecem preenchidos todos os requisitos previstos nas alíneas a), b) e c) do n.º 5 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro aplicável por força do n.º 11 mesmo preceito legal, incluindo a redução do valor contratual (vide alínea f) da Comunicação n.º 3565/2014 de 12 de Maio da Coordenadora da Secção de Aprovisionamento e Património) e o cabimento orçamental (Proposta de cabimento n.º 2014/1580 de 13 de Maio), cumpre-me propor a emissão pelo órgão executivo de parecer favorável à celebração de um contrato de aquisição de serviços de “Software - SIGMA-DOC / SIGMA FLOW – Ferramentas de Gestão Documental e Workflow”.

4 - A competência para escolher o procedimento e autorizar a despesa é da Presidente da Câmara ao abrigo das disposições constantes da alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho com a alínea f) do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro bem como, da alínea c) do n.º 1 do artigo 2.º, do n.º 1 do artigo 36.º e artigo 38.º todos do Código dos Contratos Públicos (CCP).

5 - Dado tratar-se de um contrato de aquisição de serviços e uma vez que o valor previsto para a mesma se estima inferior a 75.000,00 (setenta e cinco mil) euros, para a formação do contrato, poderá ser adotado o procedimento por ajuste direto (regime geral) nos termos do disposto alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP.

6 - A entidade a contratar deverá fazer prova de ter regularizadas as suas obrigações fiscais e com a segurança social em conformidade com exigência que ficará consignada nas peças do procedimento designadamente no convite à apresentação de propostas.”

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.

E) AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – TAREFA- ATOS NOTARIAIS

Continuando no uso da palavra a senhora Presidente submeteu à consideração do Executivo a seguinte proposta:

“Pela chefe da Divisão de Administração Geral e Financeira foi proposta a celebração de um contrato de prestação de serviços com António Paulo Ramos Xavier tendo em vista a prática de atos notariais.

Parece ser intenção da proposta a celebração de um contrato de prestação de serviços na modalidade de tarefa, ou seja, um contrato que tenha como objeto a execução de trabalhos específicos, de natureza excecional, em que o trabalho seja prestado com autonomia, não sujeito à disciplina ou direção da Autarquia nem ao cumprimento de qualquer horário de trabalho. Em suma, tratar-se-á de um trabalho não subordinado, para o qual, não se mostrará conveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público.

1 - Nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, na redação da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e do n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2014) a celebração de contrato de prestação de serviços na modalidade de tarefa, carece de parecer prévio favorável do órgão executivo.

2 - Por força do previsto no n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro, o parecer do órgão executivo depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a), b) e c) do n.º 5 do mesmo preceito legal, ou seja:

- a) Verificação do disposto no n.º 4 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (estarmos em presença de trabalho não subordinado) e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- b) Verificação e confirmação do cabimento orçamental;

c) *Verificação da redução remuneratória nos termos do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2014)*

3 - *Uma vez que parecem preenchidos todos os requisitos previstos nas alíneas a), b) e c) do n.º 5 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro aplicável por força do n.º 11 mesmo preceito legal, incluindo o cabimento orçamental (Proposta de cabimento n.º 2014/1677 de 19 de Maio), cumpro-me propor a emissão pelo órgão executivo de parecer favorável à celebração de um contrato de prestação de serviços na modalidade de Tarefa para a prática de atos notariais com António Paulo Ramos Xavier, contribuinte fiscal n.º 123 303 656 até ao valor de 5.000,00 (cinco mil) euros, acrescido do IVA à taxa legal em vigor o qual fez prova de ter as suas obrigações fiscais e com a segurança social regularizadas.*

4 - *Para a formação do contrato poderá ser adotado o procedimento por ajuste direto (regime simplificado) nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º e do artigo 128.º do Decreto - Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que aprovou o Código dos Contratos Públicos.*

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.

F) CEDÊNCIA DE DIREITO DE SUPERFÍCIE / LOTE LI 14 DA ZIA

Ainda a Senhora Presidente submeteu à consideração do Executivo a proposta que abaixo se transcreve:

“Submete-se a consideração superior que seja cedido à “SOGASMOR – Sociedade de Distribuição de Gás, Lda.”, NIF: 503940453, com sede na Rua 5 de Outubro, 97 em 7050-355 Montemor-o-Novo, o direito de superfície sobre o lote LI 14, prédio este que encontra-se inscrito na Repartição de Finanças sob o artigo 3113, da atual União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras e na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1076, sito na Zona Industrial da Adua, com a área total de 2.500 m², para “Armazém e Depósito de Gás”, nas seguintes condições:

Preço/m² - 9,98 €;

Preço Total do Lote: 2.500,00 m² x 9,98 € = 24.950,00 € (vinte e quatro mil, novecentos e cinquenta euros);

Condições de Pagamento: Pronto de Pagamento;

De acordo com o sistema de incentivos aprovados em reunião de câmara de 18 de maio de 1995, a condição de pronto de pagamento beneficia de um desconto de 10%, ou seja 24.950,00 € - 2.495,00 (10%) = 22.455,00 €;

Neste sentido, propõe-se a consideração superior que a cedência seja feita pelo valor de € 22.455,00 (vinte e dois mil quatrocentos e cinquenta e cinco euros) a pagar a Pronto de Pagamento com a celebração da respetiva escritura de cedência de direito.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.

3. AÇÃO SOCIAL, SAÚDE E EDUCAÇÃO

A) PROGRAMA MORSOLIDÁRIO EIXO 2 - CLE “SABER CRESCER” – SUBSÍDIO A ALUNOS CARENCIADOS DE AGOSTO DE 2013 A ABRIL DE 2014

Seguidamente foi o senhor Vereador João Marques quem interveio para apresentar a seguinte proposta:

“Com o objetivo de apoiar as famílias com dificuldades socioeconómicas, através de uma política de maior intervenção e participação e atendendo às atuais competências dos municípios, no domínio da ação social escolar, foi aprovado em Reunião de Câmara de 23 de Dezembro de 2008, uma adenda a aplicar a partir do ano letivo 2009/10, ao protocolo de parceria que regulamenta o funcionamento dos Centros Lúdicos Escolares do concelho.

Com base no artigo 5º, pontos 1, 2 e 5, solicita-se que seja atribuído o número de compromisso para ser processada a verba de 2 040,00 € (dois mil e quarenta euros) ao Centro Lúdico Escolar

“Saber Crescer” que corresponde ao apoio a 1 criança do Escalão A x 40,00 €/mês x agosto’13, a 4 crianças do Escalão B x 20,00 €/mês x agosto’13 + 4 crianças do Escalão A x 40,00 €/mês x 8 meses (set’13 a abril’14) e a 4 crianças do Escalão B x 20,00 €/mês x 8 meses (set’13 a abril’14).”
Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta de pagamento.

B) PROGRAMA MORSOLIDÁRIO EIXO 2 - PROPOSTA DE PROTOCOLO PARA FUNCIONAMENTO DE ATL DE VERÃO – ANO DE 2014

Intervio de novo o senhor Vereador João Marques submetendo à consideração do executivo a proposta de protocolo de cooperação para criação de Atividades de Tempos Livres a desenvolver no Verão de 2014 (julho a setembro) a estabelecer entre o Município e as Juntas de Freguesia do Concelho, que abaixo se transcreve:

*“PROPOSTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO PARA
CRIAÇÃO de ATL de VERÃO – ANO 2014
entre o
MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-NOVO
e a
FREGUESIA DE*

1. *A Junta de Freguesia de prevê realizar atividades de tempos livres nos meses de Julho, Agosto e Setembro de 2014;*
 2. *Nas atividades de tempos livres irão ser desenvolvidas atividades para as crianças da freguesia que se encontram de férias letivas;*
 3. *A Junta de Freguesia de não possui capacidade financeira para, por si só, suportar todas as despesas relacionadas com a realização das atividades;*
 4. *O Contrato de Delegação de Competências da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo para a Junta de Freguesia de para o ano 2014, aprovado em Reunião de Câmara do dia 17 de Dezembro de 2013 e em Assembleia Municipal do dia 27 de Dezembro de 2013 preconiza:*
 - a) *Um efetivo processo de cooperação e descentralização, dotando, no caso concreto, a Junta de Freguesia de, de instalações, equipamentos e pessoal bem como de recursos, nomeadamente financeiros, para o exercício quer de competências próprias quer de algumas competências descentralizadas;*
 - b) *Uma concreta aplicação do princípio da subsidiariedade, procurando que a Junta de Freguesia tenha capacidade para resolver os problemas dos cidadãos que, se transferidos para a Câmara, perderiam eficácia de resolução;*
- O Município de Montemor-o-Novo e a Freguesia de decidem celebrar o presente Protocolo, em que outorgam:*


Primeiro Outorgante: Município de Montemor-o-Novo, com o cartão de pessoa coletiva n.º 506 609 553, representado pela Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, Hortênsia dos Anjos Chegado Menino, portadora do BI n.º, emitido em, pelos Serviços de Identificação Civil de Évora, e
Segundo Outorgante: Freguesia de, com o cartão de pessoa coletiva n.º, representada pelo Presidente da Junta de Freguesia de, portador do BI n.º, emitido em, pelos Serviços de Identificação Civil de

Nos termos do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, o Contrato de Delegação de Competências da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo para a Junta de Freguesia de para o ano 2014, o presente documento representa um Protocolo entre as duas entidades, com vista ao apoio financeiro e logístico, por parte do Município de Montemor-o-Novo, à realização de atividades no ATL de Verão em

O presente Protocolo rege-se pela legislação em vigor, pelo princípio da boa fé e pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

O presente Protocolo tem em vista delimitar as condições mediante as quais o Primeiro Outorgante concederá um apoio financeiro de 50 % para pagamento do(s) monitor(es) e um valor fixo para aquisição



de material de desgaste e didático (de acordo com o número de crianças) ao Segundo Outorgante, para a realização de atividades no ATL de Verão em.....

Cláusula 2.ª

O apoio financeiro referido na cláusula 1.ª será correspondente à soma das duas seguintes alíneas:

1- 50 % do valor das despesas previstas, a ter com cada um dos monitores a contratar para funcionamento do ATL, ao qual corresponderá o valor máximo de:

- 247,00 €/mês por monitor com 6 horas de trabalho acrescido da taxa de IVA em vigor (quando legalmente devido) - 285,00 €/mês por monitor com 7 horas de trabalho acrescido da taxa de IVA em vigor (quando legalmente devido)

- 328,00 €/mês por monitor com 8 horas de trabalho, acrescido da taxa de IVA em vigor (quando legalmente devido)

2- Disponibilização de um pacote de material de desgaste e didático ou atribuição de apoio financeiro (trimestre) para aquisição do referido material, com os seguintes valores: - até 20 crianças: 114,00 €

- + de 20 crianças: 152,00 €

Cláusula 3.ª

No âmbito das obrigações decorrentes do presente Protocolo, ao Segundo Outorgante cabe a obrigação de adotar as diligências que considere adequadas à efetiva realização das atividades de tempos livres.

Cláusula 4.ª

A concessão do referido apoio financeiro por parte do Primeiro Outorgante fica porém dependente da efetiva realização das atividades a que se destina a apoiar. Isto é, deverá ser apresentado na fase de candidatura, o projeto de atividades e no final, o respetivo relatório e mapa financeiro das despesas realizadas no período em causa.

Cláusula 5.ª

No caso de incumprimento das obrigações que para si decorrem da assinatura do presente Protocolo, o Segundo Outorgante constitui-se na obrigação de indemnizar o Primeiro Outorgante, restituindo imediatamente o valor do apoio financeiro concedido.”

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada. Documento a remeter à Assembleia Municipal.

C) PROGRAMA MORSOLIDÁRIO EIXO 1 - PROPOSTA DE APOIO PARA A ASSOCIAÇÃO DE PAIS “APRENDER A SER” – AO ABRIGO DO RAMA

Intervio de novo o senhor Vereador João Marques submetendo à consideração do executivo a proposta que abaixo se transcreve:

“Na sequência do solicitado por ofício a 26 de março de 2013, pela associação de pais “Aprender a Ser” no qual apresenta o projeto de trabalhos “fios (in) visíveis sobre a exposição labirintos de Alexandre Bastos” elaborado pelos alunos da eb1 nº2 de Montemor-o-Novo, no âmbito das atividades lúdico-expressivas que irá estar patente na galeria municipal de Montemor-o-Novo, de 12 a 30 de outubro de 2013, houve necessidade de se adquirir algum material (ver orçamento em anexo). Como a atividade está prevista no respetivo plano de atividades do presente ano letivo, solicitam à Câmara Municipal um apoio financeiro para a atividade apresentada.

Com base no artigo 23º, alínea b) do RAMA, propõe-se a atribuição de um subsídio no valor de 28,20 € (vinte e oito euros e vinte cêntimos) que corresponde a 30 % do valor global do orçamento para aquisição dos materiais.

Também foi solicitado pela mesma associação, por ofício a 10 de maio de 2013, no qual apresenta o programa e o orçamento para realização a 14 de junho de 2013, da festa de final de ano letivo 12-13, evento esse que está previsto no respetivo plano de atividades do presente ano letivo, solicitam à Câmara Municipal um apoio financeiro para que possa realizar a atividade proposta.

Com base no artigo 23º, alínea b) do RAMA, propõe-se a atribuição de um subsídio no valor de 96,00 € (noventa e seis euros) que corresponde a 30 % do valor global do orçamento da animação de rua pela companhia XPTO.

Anexos: ofício a 26 de março de 2013 e ofício a 10 de maio de 2013 da associação de pais "Aprender a Ser".

Os referidos anexos foram rubricados por todos os elementos da reunião o qual nos termos da Lei aqui se dão por integralmente transcritos, ficando apensos aos documentos da presente ata.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar as referidas propostas de pagamentos.

4. CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE

A) PROPOSTA DE APOIO (ADIANTAMENTO) À ALMA D'ARAME - ASSOCIAÇÃO CULTURAL / PROJETO M

Em nova intervenção o senhor Vereador João Marques submeteu à consideração do executivo a seguinte proposta:

"No seguimento da aprovação pela DGArtes do "Projeto M", numa parceria entre a Ass. Cultural Oficinas do Convento, O Espaço do Tempo, Projeto Ruínas, Alma D'Arame e Município de Montemor-o-Novo, coloca-se à consideração superior o adiantamento de uma verba no valor de 6.000,00€ (seis mil euros), à Alma D'Arame Associação correspondentes a 30% do apoio financeiro previsto no ano de 2014 por adenda ao protocolo de apoio assinado com esta associação em 2013, no valor de 20.000€, conforme declaração em anexo."

Os referidos anexos foram rubricados por todos os elementos da reunião o qual nos termos da Lei aqui se dão por integralmente transcritos, ficando apensos aos documentos da presente ata.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com três abstenções dos senhores Vereadores do Partido Socialista, ratificar o adiantamento de uma verba no valor de 6.000,00€, correspondente a 30% do apoio financeiro previsto atribuir para 2014.

B) PROPOSTA DE APOIO PARA CONSTRUÇÃO DE ESTRUTURA NO CONVENTO DE S. DOMINGOS

Intervio de novo o senhor Vereador João Marques submetendo à consideração do executivo a proposta que abaixo se transcreve:

"O Grupo dos Amigos de Montemor-o-Novo, pretende levar a cabo uma obra de melhoria nos acessos à Igreja e Convento de S. Domingos e solicita um apoio para colmatar as despesas inerentes à mesma, cujo orçamento apresentado tem o valor de 2 706€ com IVA incluído.

No âmbito do Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo (Entidades e Organizamos, legalmente existentes, e as Atividades de Interesse Municipal) sem fins lucrativos, publicado no Diário da República a 8 de Novembro de 2005 no Aviso nº 7440/2005 (2ª série) página 56 e seguintes, propõe-se a atribuição de um subsídio ao Grupo dos Amigos de Montemor, no valor de 1353,00€ (mil trezentos e cinquenta e três euros), referentes a 50% do orçamento apresentado, tendo como critério base o apoio até 50% do orçamento global, para apoio à manutenção/recuperação e construção de sedes e instalações, nos termos do art.º 41º dos Critérios de Apoio ao Movimento Associativo, aprovados na reunião de Câmara de 23 de Fevereiro de 2011, após verificação pela DAGF dos fundos disponíveis e atribuição do respetivo número de compromisso. Em cumprimento com os limites anuais estipulados, informa-se que este é o primeiro apoio solicitado pela entidade supracitada, no ano de 2014, neste âmbito.

Propõe-se ainda que o pagamento do apoio seja efetuado de forma faseada, em duas tranches no valor de 676,50€ (seiscentos e setenta e seis euros e cinquenta cêntimos). A primeira tranche a pagar após a aprovação da atribuição do subsídio e a segunda tranche após a conclusão da obra.

CÁLCULOS:

Orçamento Apresentado: 2 706,00€

Proposta de Valor a atribuir:

50% de 2706,00€ = 1 353,00€

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, sendo que o Sr. Vereador João Marques, não participou na votação por impedimento legal, ao abrigo do nº 6, do artº 55º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação.

C) PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – RUGBY CLUBE DE MONTEMOR - APOIO A DESLOCAÇÃO

Em nova intervenção o senhor Vereador João Marques submeteu à consideração do executivo a seguinte proposta:

“Na sequência do pedido efetuado pelo Rugby Clube Montemor, solicitando a cedência de transporte, para uma deslocação a Lousada, com duração superior a 9 horas, para a participação na 19ª jornada do Campeonato Nacional da Divisão de Honra, para o qual o Município de Montemor-o-Novo, com as imposições relativas à realização de horas extraordinárias não pode assumir, o referido clube teve de alugar um autocarro pelo valor de 890,00 € (Oitocentos e Noventa Euros), para assegurar a viagem de ida e volta a Lousada.

No âmbito do artigo 59º, do Capítulo X do Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo (Instituições Desportivas - Grupos e Clubes Desportivos), publicado no Diário da República a 8 de Novembro de 2005 no Aviso n.º 7440/2005 (2ª série) página 56 e seguintes, propomos a concessão de um subsídio, ao Rugby Clube Montemor para apoio a esta deslocação, no valor de 667,50 € (Seiscentos e Sessenta e Sete Euros e Cinquenta Cêntimos), tendo por base o apoio (de 75% da despesa efetuada ou o valor máximo previsto), para deslocações com duração superior a 9 horas ou distâncias superiores a 700 Km, de acordo com os critérios aprovados na reunião de Câmara de 23 de Fevereiro de 2011.”

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar a proposta apresentada.

D) PROPOSTA DE ADIANTAMENTO DE SUBSÍDIO ORDINÁRIO AO CLUBE DE AUTOMÓVEIS E MOTAS ANTIGOS DE MONTEMOR-O-NOVO

Interveio novamente o senhor Vereador João Marques submetendo à consideração do executivo a seguinte proposta:

“Na sequência do pedido do Clube de Automóveis e Motos Antigos de Montemor-o-Novo, no qual manifestaram algumas dificuldades financeiras para fazer face a algumas despesas e encargos assumidos, solicitam que lhes seja atribuído um adiantamento do subsídio ordinário referente à época 2011/2012.

Assim, propõe-se a concessão de um adiantamento do subsídio ordinário no valor 432,00€ (Quatrocentos e Trinta e Dois Euros), referentes ao subsídio calculado para a época 2011/2012.

Informamos que o referido valor será regularizado no momento de atribuição dos subsídios ordinários, época 2011/2012, que serão objeto de deliberação em reunião de Câmara.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar a proposta apresentada.

E) PROPOSTA DE ADENDA AO PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-NOVO E ALMA D'ARAME, OFICINAS DO CONVENTO, O ESPAÇO DO TEMPO E PROJETO RUÍNAS – ASSOCIAÇÃO CULTURAL PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES NO ÂMBITO DO PROJETO M

Em nova intervenção o senhor Vereador João Marques submeteu à consideração do executivo a seguinte proposta:

“Fruto do trabalho de apoio e colaboração entre estruturas, as Associações Alma D'Arame, Oficinas do Convento, O Espaço do Tempo e Projeto Ruínas, em parceria com o Município de Montemor-o-Novo viram aprovada em 2013 a candidatura Projeto M, no âmbito do Apoio Indireto - Acordo Tripartido Quadrienal [2013-2016] da Direção Geral das Artes, cuja atividade irão manter no ano de 2014.

Assim, em cumprimento com o disposto na cláusula 9ª dos protocolos assinados, propõe-se para provação as adendas aos mesmos (em anexo), onde se referem os valores de apoio para cada um dos projetos, relativamente ao ano de 2014."

Os referidos anexos foram rubricados por todos os elementos da reunião o qual nos termos da Lei aqui se dão por integralmente transcritos, ficando apensos aos documentos da presente ata.

Sobre este ponto o senhor Vereador Olímpio Galvão, referiu que enquanto não estiverem concluídas as negociações das verbas para as Juntas de Freguesia, a posição dos eleitos do Partido Socialista, seria de abstenção, neste assunto, reconhecendo ao mesmo tempo a importância deste Projeto Cultural.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com três abstenções dos senhores Vereadores do Partido Socialista, aprovar a proposta apresentada.

5. PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

A) PROGRAMA DE APOIO À ATIVIDADE ECONÓMICA – AÇÃO DECORAÇÃO DE MONTRAS – “MATERIAL USADO, COMÉRCIO DECORADO – VERÃO + SUSTENTÁVEL”

Retomou a palavra a Senhora Presidente submetendo à consideração do executivo a seguinte proposta:

“No âmbito do Programa de Apoio à Atividade Económica propõe-se a realização da ação decoração de montras “Material Usado Comércio Decorado – Verão + Sustentável”.

Esta ação será executada em parceria com a União das Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, Associação Comercial do Distrito de Évora e Ficha Tripla.

Esta ação é dirigida a todos os comerciantes do concelho. Pretende-se com este concurso que as montras sejam executadas pelo próprio comerciante tendo por base a temática apresentada. Para que os comerciantes passem a ter conhecimentos sobre a forma de tornar as suas montras mais apelativas, no âmbito deste concurso será ministrado um workshop de vitrinismo.

Objetivos específicos da ação:

- Promover o comércio tradicional e os seus produtos*
- Dotar os comerciantes de conhecimentos de vitrinismo*
- Promover comportamentos mais sustentáveis.*

Assim, submete-se à apreciação e aprovação do Executivo Municipal a proposta de normativo que enquadra esta iniciativa.”, o qual se passa a transcrever:

Decoração Montras 2014

“Material Usado Comércio Decorado - Verão + Sustentável”

NORMAS DE PARTICIPAÇÃO

Artigo 1.º

Enquadramento/ Objetivos

1. A ação “Material Usado, Comércio Decorado / Verão + Sustentável” é desenvolvida no âmbito das campanhas: “Dinamização e Promoção do Comércio Tradicional”, promovida pelo Município de Montemor-o-Novo, União das Freguesias de Nossa Sra. da Vila, Nossa Sra. do Bispo e Silveiras, Associação Comercial do Distrito de Évora e Ficha Tripla, e “Agir para reduzir e reciclar” promovida pela Câmara Municipal de Montemor-o-Novo.

2. Este concurso visa:

- a. Divulgar os bens e produtos existentes nos estabelecimentos comerciais do concelho, de forma a tornar mais atrativo o comprar nos estabelecimentos comerciais existentes;*
- b. Dinamizar o comércio local e tradicional e sensibilizar a população para a necessidade e possibilidade de reutilizar resíduos produzidos no quotidiano;*

- c. Sensibilizar o maior número de pessoas para a problemática da prevenção de resíduos, através da reutilização de material usado no enfeite dos espaços destinados a esse fim nos estabelecimentos comerciais;*
- d. Valorizar o comércio local e tradicional de Montemor-o-Novo, pela originalidade das montras;*
- e. Promover hábitos de consumo junto da população em geral, direcionados para os estabelecimentos existentes no concelho;*
- f. Aplicação dos conhecimentos adquiridos no workshop de vitrinismo;*
- g. Sensibilizar para comportamentos mais sustentáveis: uso eficiente da água, redução de resíduos, preferência por produtos locais.*

Artigo 2.º

Participantes

- 1. A ação “Material Usado, Comércio Decorado / Verão + Sustentável” está aberta à participação de todos os estabelecimentos comerciais existentes na área geográfica do concelho de Montemor-o-Novo, desde que verifiquem a condição de “comércio local e tradicional”*

Artigo 3.º

Condições de Participação

- 1. Ter frequentado o workshop de vitrinismo promovido pelas entidades organizadoras do concurso;*
- 2. O concurso decorre de 18/07/2014 a 29/08/2014. A decoração da montra deverá estar concluída até ao dia 18/07/2014 e permanecer montada até 29/08/2014.*
- 3. O comerciante deverá assegurar a colocação do trabalho em local visível, de forma harmoniosa, procurando sempre a sua valorização.*
- 4. Caso o estabelecimento comercial considere a desistência, deve a mesma ser devidamente fundamentada e comunicada à Câmara Municipal por escrito, podendo ser utilizado o endereço eletrónico rsampaio@cm-montemornovo.pt.*

Artigo 4.º

Inscrições

- 1. A inscrição do comerciante na ação “Material Usado, Comércio Decorado – Verão + Sustentável” deve ser realizada até às 17:30 do dia 11 de Junho, podendo ser efetuada através do correio eletrónico rsampaio@cm-montemornovo.pt, com indicação do concurso, entregue na Divisão de Planeamento e Desenvolvimento Económico (DPDE/Serviço de Promoção e Dinamização Económica) ou ainda através do fax 266 898 133.*
- 2. Para efetivar a inscrição na DPDE/SPDE, o comerciante deverá preencher a ficha de inscrição disponibilizada para o efeito. Caso a inscrição seja efetuada pelo correio eletrónico, o comerciante deverá enviar os seguintes dados:*
 - a. Identificação do concurso em que se inscreve.*
 - b. Nome do estabelecimento comercial.*
 - c. Morada do estabelecimento comercial.*
 - d. Pessoa de contacto dentro do estabelecimento comercial.*
 - e. Forma preferencial de contacto (p.e. telefone fixo, telemóvel, email, etc.)*

Artigo 5.º

Avaliação das Montras

- 1. A avaliação das montras será efetuada de 3 formas:*
 - a) Votação na página do facebook a criar para a ação (de 28 de Julho a 17 de Agosto)*
 - b) Colocação de autocolante a distribuir pelas caixas de correio do concelho no interior da montra (de 28 de Julho a 17 de Agosto). Os que forem colocados no exterior não serão contabilizados.*
 - c) Visita ao local pelos elementos do júri a efetuar entre os dias (de 5 de Agosto a 8 de Agosto)*
- 2. Na avaliação, o júri terá em conta os seguintes critérios:*
 - a. Criatividade.*
 - b. Inovação.*
 - c. Estética e enquadramento com o local em que está exposto.*
 - d. Serão majorados os trabalhos nos quais tenham sido utilizados 2 ou mais tipologias de resíduos.*

3. Para efeitos de divulgação on-line dos trabalhos a concurso, a organização disponibiliza na página do facebook a criar, as fotografias dos trabalhos. Esta informação será carregada na página entre os dias 21 a 25 de Julho.
4. Para efeitos do previsto no número anterior, o fotógrafo da organização desloca-se, entre os dias 21 e 23 de Julho, para fotografar os trabalhos.
5. A atribuição do prémio terá em conta o número de votos colocados nas montras (40%), a votação na página do facebook (10%) e a avaliação do júri (50%). Em caso de empate, prevalecerá o voto do júri.
6. Está vedada a votação dos comerciantes participantes na iniciativa.

Artigo 6.º

Constituição do Júri

1. O júri será constituído por cinco elementos, sendo dois representantes da Câmara Municipal, um representante da União das Freguesias e um representante da Ficha Tripla e um representante da ACDE.

Artigo 7.º

Divulgação dos resultados e atribuição dos prémios

1. O júri reúne pelas 10 horas do dia 19 de Agosto no edifício dos Paços do Concelho para contabilização dos votos e aplicação de fórmula matemática para determinação do vencedor.
2. O resultado do concurso é divulgado por ofício e disponibilizado nas páginas internet das entidades que constituem a organização na página do facebook a criar para a ação durante a semana de 25 a 29 de Agosto.
3. O prémio a atribuir será a produção e impressão de 500 flyers da loja vencedora.
4. Será atribuído um Certificado de Participação a cada estabelecimento comercial participante.

Artigo 8.º

Exclusões

Serão excluídos/eliminados todos os participantes e destinatários que não cumpram as condições referidas no presente regulamento.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.

6. ÁREA JURIDICA E DE PESSOAL

A) PROPOSTA DE REGULAMENTO COMÉRCIO NÃO SEDENTÁRIO

De novo usou da palavra a Senhora Presidente submetendo à consideração do executivo a seguinte proposta:

“Conforme superior determinação de Vª. Exª., anexo remeto o projeto de regulamento em epígrafe, em vista da sua apreciação e aprovação pela Exmª. Câmara Municipal, nos termos da alínea k) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.

Na eventualidade da sua aprovação pelo órgão executivo, seguir-se-ão a respetiva apreciação pública e aprovação pela Exmª. Assembleia Municipal, nos termos da lei e conforme mais detalhadamente vai detalhado no seu artº 1º.”

O referido anexo foi rubricado por todos os elementos da reunião o qual nos termos da Lei aqui se dá por integralmente transcrito, ficando apenso aos documentos da presente ata.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada. Documento a enviar para Discussão Pública.

B) FORNECIMENTO CONTÍNUO DE GASÓLEO / 2014 – MINUTA CONTRATUAL / RATIFICAÇÃO

Retomou a palavra a Senhora Presidente submetendo à consideração do executivo a seguinte proposta, para ratificação:

“1.Nos termos do n.º 1. do art.º 98.º do Código dos Contratos Públicos, as minutas dos contratos são aprovadas pelo órgão competente para a decisão de contratar, sendo depois notificadas às entidades adjudicatárias, nos termos do n.º 1. do art.º 100.º do mesmo Código;

2.No caso do procedimento relativo ao fornecimento de gasóleo para o ano de 2014 e por força do respectivo valor, a entidade competente para a decisão de contratar é a Câmara Municipal, conforme dispõe a alínea b) do n.º 1. do art.º 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;

3.Por tal razão, é também da Câmara Municipal a competência para a aprovação da referida minuta.

4.Em qualquer caso, dispõe o n.º 3. do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que: Em circunstâncias excepcionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade.

5. Ora, caso V.ª Ex.ª entenda que a urgência deste procedimento o justifica – e sem prejuízo do uso muito judicioso que deve ser feito do mecanismo legal acima referido – poderá proceder à aprovação da presente minuta contratual, viabilizando o seu imediato envio à empresa adjudicatária, sendo obrigatória a sua submissão a ratificação da Câmara Municipal na próxima reunião do órgão, a ter lugar amanhã.

Em face do informado, V.ª Ex.ª produziu despacho de aprovação da minuta contratual em causa, o que agora determina a sua ratificação pela Câmara Municipal, nos termos da disposição legal referida em 4 supra.

Deste modo e em vista do cumprimento da referida obrigação legal, solicito a V.ª Ex.ª que se digne submeter a minuta contratual em causa a apreciação e ratificação da Exm.ª Câmara Municipal, para o que junto o respetivo texto.

Contrato n.º 17/2014, do O.P.

“Fornecimento contínuo de gasóleo a granel para máquinas, viaturas e equipamentos da frota municipal”

(Concurso Público n.º 1/2014)

Compromisso n.º 1610/2014

Entre,

o Município de Montemor-o-Novo, pessoa colectiva n.º 506609553, neste acto devidamente representado pela respectiva Presidente da Câmara Municipal, Hortênsia dos Anjos Chegado Menino, solteira, maior, residente na Courela Nova das Silveiras, CCI 6121, em Silveiras, portadora do Cartão de cidadão n.º onze milhões dezoito mil quinhentos e vinte – zero ZZ quatro, emitido pela República Portuguesa e válido até cinco de Janeiro de dois mil e quinze, em nome do qual outorga, no uso dos poderes que lhe são conferidos pela alínea a) do n.º 1. do art.º 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro

e

Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A., Pessoa colectiva n.º 500697370, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o capital social de 516.750.000,00€ (quinhentos e dezasseis milhões setecentos e cinquenta mil euros), devidamente representada por Maria Cândida Aniceto Garnacho, viúva, com domicílio profissional na Rua Tomás da Fonseca, Torre C, em Lisboa, titular do Cartão de Cidadão n.º 07575443 8ZZ0, válido até 16/11/2014, cujos poderes foram verificados por consulta à certidão permanente da empresa sob o código de acesso n.º 1251-5788-1765, bem como pela procuração que juntou, é celebrado e reciprocamente aceite o contrato que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

No âmbito do concurso público n.º 1/2014, aberto por deliberação da Câmara Municipal, do dia 6 de Março de 2014, foi adjudicada à firma “Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A” a realização do “Fornecimento contínuo de gasóleo a granel para máquinas, viaturas e equipamentos da frota municipal”, conforme despacho da Sr.ª Presidente da Câmara Municipal do dia 23 de Abril de 2014, ratificado em reunião desse mesmo órgão do dia 14.05.2014.

Cláusula 2ª.

Com a assinatura do presente contrato, a empresa adjudicatária obriga-se à entrega das quantidades de gasóleo que lhe sejam solicitadas até ao limite do montante máximo acordado para o fornecimento, que é de 173.792,50 € (cento e setenta e três mil setecentos e noventa e dois euros e cinquenta cêntimos), correspondentes à quantidade estimada de 175.000 (cento e setenta e cinco mil) litros de gasóleo.

Cláusula 3ª.

Como contrapartida pelo presente fornecimento, pagará o município de Montemor-o-Novo o preço máximo de 173.792,50 € (cento e setenta e três mil setecentos e noventa e dois euros e cinquenta cêntimos), a que acrescerá o IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 4ª.

A proposta apresentada pela concorrente e ora adjudicatária dá-se aqui por integralmente reproduzida e faz parte integrante do presente contrato para todos os efeitos legais.

Cláusula 5ª.

Os encargos para o município resultantes da celebração do presente contrato, serão satisfeitos nos termos de dotação orçamental existente na rubrica 01.02-02.01.02.02

Cláusula 6ª.

A empresa adjudicatária prestou caução no montante de 8.689,62 € (oito mil seiscentos e oitenta e nove euros e sessenta e dois cêntimos), correspondente a 5% do valor da adjudicação, a qual foi assegurada pela COSEC – Companhia de Seguros de Crédito, SA, através da apólice nº. 100.016.026/200.

Cláusula 7ª.

Os ora outorgantes acordam em que, com vista a dirimir judicialmente qualquer conflito emergente da outorga do presente contrato, será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 8ª.

O presente contrato foi lavrado em duas vias, uma das quais fica arquivada na pasta de contratos da responsabilidade do oficial público, destinando-se a outra à empresa adjudicatária, e foi assinado depois de efetuada a prova por parte dos seus representantes, de que a mesma tem a situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português e a contribuições para a Segurança Social.

Cláusula 9ª.

A minuta do presente contrato foi aprovada por despacho da Srª. Presidente da Câmara do dia 27 de Maio de 2013 e por comunicação da adjudicatária de ...

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho da Senhora Presidente.

**C) EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO DA OFICINA DA CRIANÇA /
RELATÓRIO FINAL DO JÚRI / PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO / RECURSO /
PARECER**

A senhora Presidente da Câmara colocou à consideração do executivo a reclamação da empresa PLANIREST – Construções, Lda, relativamente à empreitada de Construção do Edifício da Oficina da Criança, bem como o Parecer Jurídico produzido pelos Serviços Jurídicos da Câmara Municipal, ambos apensos aos documentos desta ata, aqui se dando integralmente transcritos nos termos da Lei, em face do qual foi solicitada a presença do Chefe da DJP, Dr. Francisco Catarro, que forneceu aos Eleitos presentes, um conjunto de explicações mais detalhadas, quanto ao conteúdo do referido Parecer Jurídico por si elaborado e subscrito em resultado do qual a Câmara Municipal se considerou apta a tomar posição sobre o assunto.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com três abstenções do Partido Socialista, negar provimento ao recurso interposto pela empresa “PLANIREST – Construções, Lda, com fundamento no Parecer Jurídico que foi presente à reunião e que para todos os efeitos aqui se dá por integralmente transcrito.

7. PROPOSTAS DE ATAS Nº8 DE 16/04/14 E Nº 9 DE 30/04/2014

PROPOSTA DE ATA NÚMERO OITO, REFERENTE À REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA DEZASSEIS DE ABRIL DE DOIS MIL E CATORZE

Tendo o texto da Ata em epígrafe sido previamente distribuído entre todos os membros do Executivo foi dispensada a sua leitura, de harmonia com o disposto no decreto-lei número quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de Novembro de mil novecentos e sessenta e três.

A referida Ata foi aprovada por unanimidade, tendo-lhe sido introduzidas alterações, de harmonia com o disposto no artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco, barra, dois mil e treze, de doze de setembro, na sua atual redação.

PROPOSTA DE ATA NÚMERO NOVE DE TRINTA DE ABRIL DE DOIS MIL E CATORZE

Transitou para a próxima Reunião de Câmara Municipal.

8. ATENDIMENTO DE MUNICÍPES

Neste ponto da ordem de trabalhos de atendimento de munícipes, não compareceu qualquer munícipe interessado em colocar questões.

Aprovação da ata em minuta

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pela senhora Presidente encerrada a reunião eram vinte e uma horas, tendo a Câmara deliberado por unanimidade aprovar esta ata em minuta, ao abrigo do número três do artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco, barra de dois mil e treze, de doze de Setembro, na sua atual redação.

E eu, Maria José Mira Imaginário, Assistente Técnica, a redigi e subscrevo.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,



A ASSISTENTE TÉCNICA

